

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos nossos acionistas e clientes:

Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005.

O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2006 e 2005			(Em milhares de reais)		
	2006	2005	2006	2005	
ATIVO					
Circulante	6.085.339	4.495.418	6.097.121	4.177.349	482.129
Disponibilidades	11.682	1.031	19.315	10.681	11.930
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.952.732	1.374.498	1.952.732	1.374.498	573.729
Aplicações no mercado aberto	1.339.008	1.044.296	1.339.008	1.044.296	417.155
Aplicações em depósitos interfinanceiros	480.754	282.632	480.754	282.632	33.729
Aplicações em moedas estrangeiras	132.970	47.570	132.970	47.570	1.389.695
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	881.134	1.212.245	881.134	1.212.245	685.814
Carteira própria	270.774	343.340	270.774	343.340	646.949
Vinculados a operações compromissadas	365.975	211.614	365.975	211.614	474.926
Instrumentos financeiros derivativos	92.712	435.418	92.712	435.418	138.365
Vinculados à prestação de garantias	151.673	221.873	151.673	221.873	57.067
Relações interfinanceiras	4.406	10.789	4.406	10.789	17.232
Créditos vinculados - Depósitos no BACEN	4.406	10.789	4.406	10.789	17.232
Operações de crédito	184.176	319.044	184.176	319.044	935.405
Setor privado	183.175	318.277	183.175	318.277	855.104
Setor público	1.046	973	1.046	973	71.018
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(45)	(206)	(45)	(206)	9.283
Outros créditos	3.051.116	1.577.173	3.051.116	1.577.173	113.412
Carteira de câmbio	2.988.430	1.526.135	2.988.430	1.526.135	321.860
Rendas a receber	16.069	6.946	16.069	6.946	113.412
Diversos	46.617	44.092	46.617	44.092	3.159.248
Outros valores e bens	93	638	93	638	-
Despesas antecipadas	93	638	93	638	5
Realizável a longo prazo	1.416.866	1.223.500	1.416.866	1.223.500	2.940.111
Aplicações interfinanceiras de liquidez	130.958	355.859	130.958	355.859	79.749
Aplicações em depósitos interfinanceiros	130.958	355.859	130.958	355.859	65.635
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	729.293	247.746	729.293	247.746	104.796
Carteira própria	209.807	15.293	209.807	15.293	3.967
Vinculados a operações compromissadas	249.860	5.126	249.860	5.126	1.632
Instrumentos financeiros derivativos	12.568	12.352	12.568	12.352	28.993
Vinculados à prestação de garantias	257.058	214.975	257.058	214.975	24.472
Operações de crédito	542.813	563.573	542.813	563.573	826.169
Setor privado	480.741	495.617	480.741	495.617	414.371
Setor público	62.072	67.956	62.072	67.956	412.256
Outros créditos	13.802	56.322	13.802	56.322	2.115
Carteira de câmbio	179	42.185	179	42.185	5.062
Rendas a receber	608	129	608	129	5.062
Diversos	13.015	14.008	13.015	14.008	279.095
Outros valores e bens	48.641	41.594	48.641	41.594	379.024
Investimentos	35.961	28.044	35.961	28.044	132.457
Investimento em controlada no País	31.072	23.832	31.072	23.832	62.941
Outros investimentos	4.889	4.212	4.889	4.212	83.697
Imobilizado de uso	7.333	7.650	7.333	7.650	99.489
Outras imobilizações de uso	15.570	15.571	15.570	15.571	11.369
Depreciações acumuladas	(8.237)	(7.921)	(8.237)	(7.921)	24.830
Diferido	5.347	5.900	5.347	5.900	61.643
Gastos de organização e expansão	15.260	17.211	15.260	17.211	179
Amortização acumulada	(9.913)	(11.311)	(9.913)	(11.311)	61.464
TOTAL	7.502.205	5.718.918	7.502.205	5.718.918	1.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre findo em 31 de dezembro de 2006 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste ao valor de mercado TVM's	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2004	190.311	1.703	22.684	1.565	321.703	537.966
Atualização de títulos patrimoniais	-	720	-	-	-	720
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(2.022)	-	(2.022)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	107.085	107.085
Reserva legal	-	-	5.354	-	(5.354)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(52.335)	(52.335)
Saldos em 31 de dezembro de 2005	190.311	2.423	28.038	(457)	371.099	591.414
Atualização de títulos patrimoniais	-	678	-	-	-	678
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	4.001	-	4.001
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	76.531	76.531
Reserva legal	-	-	3.826	-	(3.826)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(46.635)	(46.635)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	190.311	3.101	31.864	3.544	397.169	625.989
Saldos em 30 de junho de 2006	190.311	2.846	29.689	(953)	402.478	624.371
Atualização de títulos patrimoniais	-	255	-	-	-	255
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	4.497	-	4.497
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	43.501	43.501
Reserva legal	-	-	2.175	-	(2.175)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(46.635)	(46.635)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	190.311	3.101	31.864	3.544	397.169	625.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2006 e 2005

1. Contexto operacional
O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das cartéis comerciais, inclusive câmbio e de investimento. Em 6 de março de 2006, o BACEN aprovou a criação da carteira de arrendamento mercantil deliberada pela AGE de 3 de outubro de 2005.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras são preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2005 foram reclassificadas para melhor comparação com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2006.

As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: - títulos para negociação; - títulos disponíveis para venda; - títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O Banco não possuía títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2006 e 2005. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como negociação são reconhecidos no resultado do período. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swap", a termo, opções e futuros são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: - operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço; - operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da flutuação do prazo dos contratos até a data do balanço; - operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício; - operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue: - instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge". Em conta de receita ou despesa, no resultado do período; - instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedge". São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa. Os "hedges" de risco de mercado são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge", são, também, ajustados a valor de mercado na data do balanço. O Banco não possuía "hedges" de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2006 e 2005. **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na nota 4d. **e) Investimentos** - O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os títulos patrimoniais representados por títulos da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F são avaliados pelo valor patrimonial, sendo o valor das atualizações registrado diretamente no patrimônio líquido, como reservas de capital. Os incentivos e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas consideradas permanentes. **f) Ativo imobilizado** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **g) Ativo diferido** - O ativo diferido é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato. **h) Depósitos e captações no mercado aberto** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **i) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no ano. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor foi calculada pela alíquota de 9% sobre o resultado tributável.

3. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	2006	2005
	Valor de custo/contrato	Valor contábil
Títulos para negociação		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	408.133	262
Notas do Banco Central - NBC	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	369.355	1.909
	777.488	2.171

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Títulos disponíveis para venda		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	206.878	822
Notas do Banco Central - NBC	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	513.240	4.548
	720.118	5.370

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo		
Opções	19.707	(12.743)
Operações a termo	71.963	145
Operações de "swap"	24.651	1.557
	116.321	(11.041)
Total ativo circulante a longo prazo	1.613.927	(3.500)
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo		
Opções	7.861	(7.292)
Operações a termo	90.034	4.017
Operações de "swap"	39.036	(8.875)
	136.931	(12.150)

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Títulos disponíveis para venda		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	206.878	822
Notas do Banco Central - NBC	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	513.240	4.548
	720.118	5.370

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo		
Opções	19.707	(12.743)
Operações a termo	71.963	145
Operações de "swap"	24.651	1.557
	116.321	(11.041)
Total ativo circulante a longo prazo	1.613.927	(3.500)
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo		
Opções	7.861	(7.292)
Operações a termo	90.034	4.017
Operações de "swap"	39.036	(8.875)
	136.931	(12.150)

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Títulos disponíveis para venda		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	206.878	822
Notas do Banco Central - NBC	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	513.240	4.548
	720.118	5.370

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo		
Opções	19.707	(12.743)
Operações a termo	71.963	145
Operações de "swap"	24.651	1.557
	116.321	(11.041)
Total ativo circulante a longo prazo	1.613.927	(3.500)
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo		
Opções	7.861	(7.292)
Operações a termo	90.034	4.017
Operações de "swap"	39.036	(8.875)
	136.931	(12.150)

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Títulos disponíveis para venda		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	206.878	822
Notas do Banco Central - NBC	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	513.240	4.548
	720.118	5.370

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo		
Opções	19.707	(12.743)
Operações a termo	71.963	145
Operações de "swap"	24.651	1.557
	116.321	(11.041)
Total ativo circulante a longo prazo	1.613.927	(3.500)
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo		
Opções	7.861	(7.292)
Operações a termo	90.034	4.017
Operações de "swap"	39.036	(8.875)
	136.931	(12.150)

	2006	2005
	Valor contábil	Valor contábil
Títulos disponíveis para venda		
Letras do Tesouro Nacional		

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2006 e 2005

(Em milhares de reais)

9. Recursos de aceites e emissão de títulos

O valor de R\$ 138.365, em dezembro de 2005, constituíram obrigações por emissão de eurobônus no montante de US\$ 60,000 mil com juros de 3,875% a.a., cujo vencimento ocorreu em 27 de dezembro de 2006.

10. Obrigações por empréstimos e repasses

São compostas, basicamente, por financiamentos à importação, "clean advance loan" contratados integralmente com a matriz e financiamentos à exportação com cartas de crédito contratadas junto a empresas do Grupo BNP Paribas localizadas no Panamá, Nova York e Paris todos vencíveis até 25 de outubro de 2013 com encargos financeiros que variam de 0,54% (para operações em Yen) a 5,53% (para operações em US\$), além da respectiva variação cambial; operações de repasses do País - FINAME com encargos que variam de 2,00% a 4,50% acima da variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, e repasses do exterior, com encargos financeiros que variam de 5,43% a 7,24%, vencíveis até 15 de outubro de 2008.

11. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2006	2005
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	69.792	15.313
Provisão para riscos fiscais (i)	18.323	2.646
Impostos e contribuições a recolher	9.958	11.010
Provisão para impostos e contribuições diferidos	6.723	58.655
	<u>104.796</u>	<u>87.624</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2006 a provisão para riscos fiscais é composta basicamente da provisão para pagamento da COFINS, no valor de R\$ 15.376, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo pretendida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei 9718/98.

b) Dívida subordinada - Representada por recursos captados por meio de emissão de "floating rate notes" no valor de US\$ 28,759 mil (equivalente à LIBOR de R\$ 63.096) vencíveis até junho de 2009, sendo US\$ 21,259 mil com juros de até 0,6% a.a. acima da LIBOR de três meses e US\$ 7,500 mil com juros de até 0,25% a.a. acima da LIBOR de seis meses, para dólares norte-americanos.

c) Diversas - Substancialmente compostas por valores a pagar a sociedade ligada R\$ 7.106 (R\$ 2.019 em 2005), provisão para perdas com fianças e avais no montante de R\$ 4.768 (R\$ 5.617 em 2005), provisão para passivos contingentes, sendo R\$ 3.751 (R\$ 3.485 em 2005) relacionados a processos de ordem trabalhista e R\$ 582 (R\$ 565 em 2005) relativos a processo de ordem cível. Baseada nas opiniões de seus consultores jurídicos, a administração da instituição mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

12. Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2006			2005		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Empréstimos	20.080	-	609	21.928	-	633
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(2.356)
Repasses do exterior	-	20.066	(604)	-	21.923	(561)
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(2.361)

13. Patrimônio líquido

a) Capital - O capital social é representado em 2006 e 2005 por 166.829 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizados.

b) Dividendos - Conforme definido no Estatuto do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, houve destinação de resultado para pagamento de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$ 46.635 (R\$ 52.335 em 2005). A opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio proporcionou uma redução na despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 15.856 (R\$ 17.794 em 2005).

14. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a) As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente de 2006 e 2005 foram assim apuradas:

Descrição	2006		2005	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	116.898	116.898	151.558	151.558
(-) Participação dos empregados no lucro	(34.875)	(34.875)	(21.150)	(21.150)
(-) Juros sobre capital próprio	(46.635)	(46.635)	(52.335)	(52.335)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	35.388	35.388	78.073	78.073
Adições (exclusões)				
Permanentes				
Equivalência patrimonial	(19.747)	(19.747)	(12.507)	(12.507)
Outras provisões, receitas e despesas indedutíveis	2.178	2.178	1.011	1.011
Temporárias				
Provisão para contingências, fianças e outras	27.565	27.565	27.707	27.707
Marcação a mercado (TVM's e derivativos)	87.092	87.092	23.887	23.887
Efeitos tributários sobre derivativos das Leis 11.051/04 - art. 32 e 11.196/05 - art. 110	76.027	74.737	(71.526)	(72.212)
Lucro tributável	<u>208.503</u>	<u>207.213</u>	<u>46.645</u>	<u>45.959</u>
Imposto de renda - 15%	31.275	-	(6.997)	-
Adicional do imposto de renda - 10%	20.826	-	(4.641)	-
Incentivo fiscal	(958)	-	333	-
Contribuição social - 9%	-	18.649	-	(4.137)
Total	<u>51.143</u>	<u>18.649</u>	<u>(11.305)</u>	<u>(4.137)</u>

b) O imposto de renda e contribuição social diferido passivo, no montante de R\$ 3.601 e R\$ 1.296 respectivamente, estão relacionados exclusivamente com o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Os resultados de imposto de renda e contribuição social diferidos de 2006 e 2005 foram assim apurados:

Descrição	2006		2005	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Efeito no resultado
Créditos tributários:				
Imposto de renda (nota 7)	10.148	16.732	6.584	6.584
Contribuição social (nota 7)	<u>3.653</u>	<u>6.024</u>	<u>2.371</u>	<u>2.371</u>
	13.801	22.756	8.955	8.955
Efeito tributário do ajuste a mercado dos títulos e valores mobiliários e derivativos:				
Imposto de renda	(25.374)	(3.601)	21.773	
Imposto de renda - Efeitos da Lei 11.051/04-artigo 32 e Lei 11.196/05 - artigo 110	(17.882)	1.125	19.007	
Contribuição social	(9.134)	(1.296)	7.838	
Contribuição social - Efeitos da Lei 11.051/04-artigo 32 e Lei 11.196/05 - artigo 110	(6.500)	227	6.272	
	<u>(58.890)</u>	<u>(3.545)</u>	<u>55.345</u>	
Total 2006	<u>(45.089)</u>	<u>19.211</u>	<u>64.300</u>	
Total 2005	<u>(37.207)</u>	<u>(45.088)</u>	<u>(7.881)</u>	

15. Compromissos, garantias e outras responsabilidades

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R\$ 1.192.721 (R\$ 1.208.743 em 2005), e estão registradas em conta de compensação.

16. Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$ 23.323.659 (R\$ 14.605.397 em 2005).

17. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se traduzem pelas captações descritas nas notas 9, 10, 11 e 12 e pelas aplicações em depósitos interfinanceiros com a Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresa do grupo BNP Paribas. Conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2006			2005		
	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	554.339	-	50.247	636.590	-	60.074
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	(361)	-	-	(1.758)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	-	-	138.365	(2.790)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.080.540	(2.472)	-	661.958	(13.488)
Outras obrigações	-	-	-	-	-	-
- Dívida subordinada	-	63.096	(1.374)	-	67.963	(1.302)
- Diversas - Assunção de obrigações	-	-	-	-	-	(1.414)
As aplicações em depósitos interfinanceiros foram parcialmente classificadas como objeto de "hedge" de risco de mercado, sendo ajustadas a valor de mercado na data do balanço, conforme quadro abaixo:						
	<u>Valor de custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Ajuste a valor de mercado</u>			
	402.193	413.696	11.503			

Aplicações em depósitos interfinanceiros

18. Patrimônio líquido exigido (Acordo de Basileia)

O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e normas posteriores.

João Marcelo Marcondes M. de Campos - Contador - CRC 1SP189298/O-3

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do Banco BNP Paribas Brasil S.A. São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial do Banco BNP Paribas Brasil S.A., levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações

e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições da Resolução 3198/04 do Conselho Monetário Nacional e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre do ano de 2006 no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído na Assembléia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, sendo composto por cinco membros, dos quais quatro Diretores Estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de dois membros especialistas, o Compliance Officer e a Responsável pela Auditoria Interna.

Cumpra ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras e a efetividade dos sistemas de controles internos e das Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas das diversas áreas avaliadas. O fato da maioria dos membros exercerem também funções executivas na organização facilita o entendimento e acompanhamento de todos os aspectos relevantes.

Por não possuir função executiva, compete ao Comitê de Auditoria, após cumprir suas funções regulamentares, sugerir as alterações que entende necessárias dentro do escopo de suas atividades, ficando a critério da Diretoria Executiva o acolhimento de tais sugestões.

Atividades do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria reuniu-se cinco vezes durante o segundo semestre de 2006. Em fevereiro de 2007, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a finalidade de examinar e validar as demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2006. Dos assuntos tratados nas reuniões foram lavradas atas, devidamente numeradas e mantidas à disposição das autoridades competentes.

Sistema de Controles Internos

No decorrer do segundo semestre, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diversas áreas do banco, com a finalidade de conhecer melhor suas atividades, estruturas, controles e sistemas utilizados e,

principalmente, para avaliar a efetividade e a conformidade de seus controles frente ao escopo legal e regulamentar do Sistema Financeiro Nacional.

No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria constatou que os controles internos avaliados são eficientes, eficazes, atendem à regulamentação vigente e estão adequados às necessidades do BNPP BR e de seus negócios.

Tendo em vista seu funcionamento há dois anos, o Comitê de Auditoria realizou uma auto-avaliação com o intuito de fazer um balanço de todos os trabalhos realizados e de sua efetividade.

O Comitê de Auditoria tomou ciência da Carta de Controles Internos elaborada pela Auditoria Interna (Resolução 2.554) da qual pôde-se evidenciar que algumas falhas nos controles internos foram detectadas durante o segundo semestre de 2006, as quais foram avaliadas e resolvidas a partir das ações tempestivamente implementadas pela Diretoria Executiva.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com o responsável da área de Contabilidade para avaliação das demonstrações financeiras e concluiu que estas apresentam consistência, qualidade e clareza adequadas. A partir das considerações feitas pelos Auditores Externos, o Comitê de Auditoria pode confirmar que as demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna que reportou, durante o segundo semestre de 2006, o andamento, os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos. A partir dos resultados apresentados, o Comitê de Auditoria concluiu que não foram identificados riscos que possam afetar o andamento das atividades do BNPP BR.

O Comitê de Auditoria avaliou positivamente a qualidade dos trabalhos de Auditoria Interna, que através de seu representante, atestou ao Comitê atuar sempre com absoluta independência e que

não há restrições impostas pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração ao pleno desempenho de suas atividades.

Auditoria Externa

A empresa de auditoria Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte) completou o seu primeiro ano à frente dos trabalhos de auditoria independente dentro do BNPP BR. A Deloitte, através de seus representantes legais, confirmou ter independência e liberdade para conduzir suas atividades. Atendeu ainda que os sistemas de informática utilizados pelo Banco destinados à elaboração das demonstrações financeiras são confiáveis e estão estruturados de forma aceitável pela Deloitte. No âmbito dos controles internos, a Deloitte afirmou que os controles adotados pelo BNPP BR estão adequados e não havia aspectos relevantes a destacar.

Reuniões com Diretoria Executiva

No segundo semestre de 2006 foi constituído o Conselho de Administração. Seguindo a Resolução 3.198 e o Regulamento Interno, o Comitê de Auditoria passa então a reportar-se a este Conselho. O Comitê de Auditoria continuou a reunir-se com a Diretoria Executiva periodicamente. Nestas ocasiões apresentou seus comentários e recebeu os esclarecimentos necessários. Registramos o bom ambiente de trabalho e relacionamento entre o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e todas as áreas do BNPP BR.

Conclusão

Considerando a abrangência dos trabalhos realizados e o fato de não ter sido identificada, no período, nenhuma ocorrência capaz de comprometer de forma relevante a qualidade e a integridade das informações recebidas, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva a aprovação e a publicação das demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2006.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2007.
Comitê de Auditoria